

A actividade organeira nos Açores na segunda metade do século XIX: um panorama ímpar no contexto português

Isabel Albergaria Sousa*

Resumo

Após a implantação do regime liberal, a produção organeira em Portugal – particularmente prolífica entre o último quartel do século XVIII e a segunda década do século XIX – conheceu um período de declínio. Comparativamente à fase final do Antigo Regime, na qual se disseminaram por todo o país (inclusive nos Açores) órgãos de tipologia portuguesa de organeiros de referência como Joaquim António Peres Fontanes e António Xavier Machado e Cerveira, a actividade organeira da segunda metade de Oitocentos em território continental cingiu-se, praticamente, à importação de instrumentos estrangeiros ou de componentes de instrumentos de estética estrangeira para montagem em Portugal, apartando-se assim da tradição portuguesa de final de Setecentos.

Nos Açores, além de uma vintena de órgãos daqueles organeiros que ainda subsiste, há um significativo número de órgãos assinados por construtores residentes nas ilhas, na segunda metade do século XIX, moldados na estética barroca portuguesa tardo-setecentista de Peres Fontanes e Machado e Cerveira. Estes órgãos surgem num tempo em que, paradoxalmente, o espírito do Romantismo já tinha penetrado na expressão artística portuguesa. De entre os construtores residentes nos Açores destaca-se o padre Joaquim Silvestre Serrão, pela importância da sua acção em diferentes domínios artísticos.

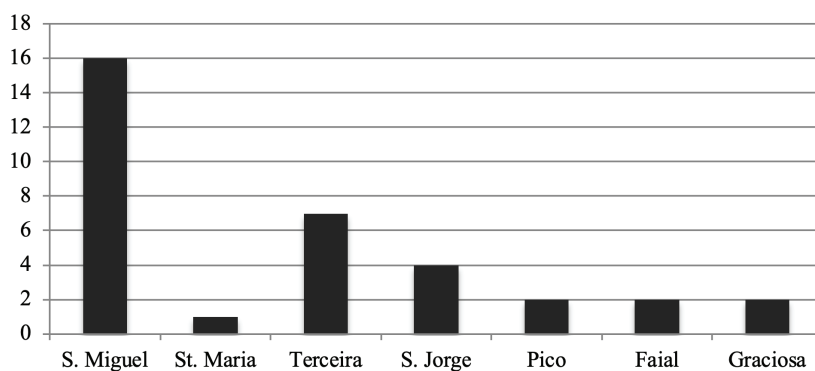
Palavras-chave: Órgãos históricos dos Açores, séc. XIX, Joaquim Silvestre Serrão.

* Doutora em Musicologia Histórica pela Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Investigadora do CESEM/FCSH-UNL.

A construção do património organístico dos Açores

A especificidade do património organístico dos Açores reside na quantidade de órgãos e na estética da sua concepção. Dos cinquenta e seis órgãos actualmente espalhados por oito das nove ilhas¹, destaca-se um expressivo conjunto de construção portuguesa (trinta e quatro exemplares), concebido entre 1788 e 1892, em dois contextos políticos diferentes (Gráfico 1).

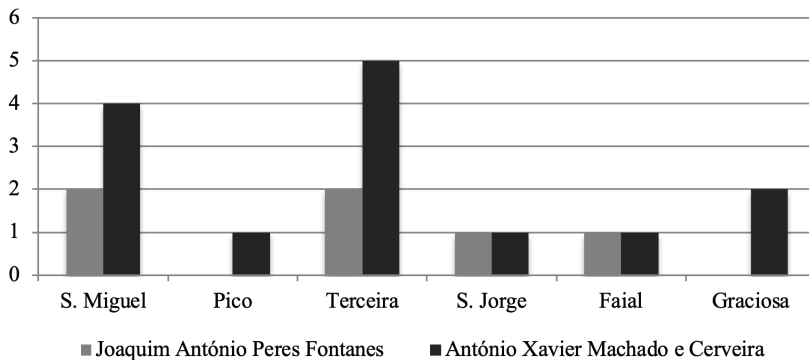
Gráfico 1 – Distribuição dos órgãos históricos portugueses por ilha (1788-1892)



Entre 1788 e 1831 os Açores receberam inúmeros órgãos (dos quais sobrevivem vinte) dos dois mais importantes organeiros em actividade no continente: Joaquim António Peres Fontanes (1750-1818) e António Xavier Machado e Cerveira (1756-1828) (Gráfico 2).

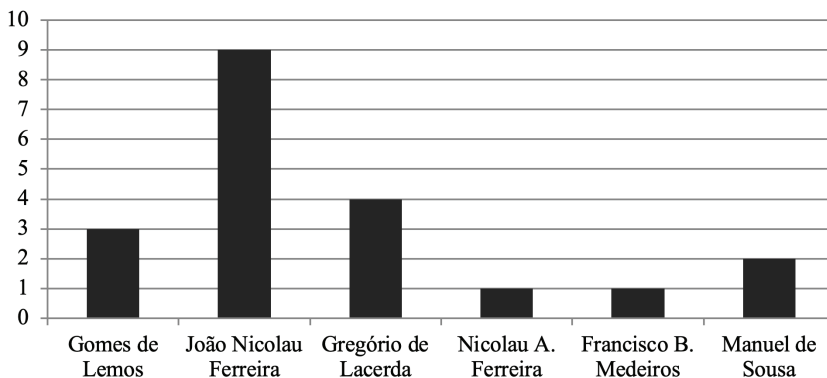
¹ Cf. Dinarte Machado e Gerhard Doderer, *Inventário dos Órgãos dos Açores* (Presidência do Governo Regional dos Açores/Direcção Regional da Cultura, 2012). Aos cinquenta e cinco órgãos contemplados no referido inventário, acresce mais um órgão adquirido pelo Conservatório Regional de Ponta Delgada em Outubro de 2018.

Gráfico 2 – Distribuição dos órgãos de Peres Fontanes e Machado e Cerveira por ilha (1788-1831)



Após o termo do Antigo Regime em Portugal (em 1834), e até ao ano de 1892, os Açores perpetuaram a tradição organeira de Peres Fontanes e de Machado e Cerveira, com novos órgãos concebidos por construtores locais, ou com ligação ao arquipélago, ou ainda que aqui fixaram residência (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Produção organeira após a implantação do regime liberal (1834-1892)



Se, por um lado, os órgãos adquiridos pelos Açores no período final do Antigo Regime traduzem a proximidade do arquipélago com a capital, relativamente à tendência organeira e musical da época, por outro lado, os órgãos construídos nos Açores na segunda metade do século XIX reflectem uma actividade ímpar no contexto continental, quando a indústria organeira vivia uma fase de declínio, como consequência das políticas liberais e da relação do regime com a Igreja. Existiu, efectivamente, alguma dinâmica na actividade organeira no continente, sobretudo no norte do país, muito embora numa perspectiva cada vez mais arredada da estética de Peres Fontanes e de Machado e Cerveira e num âmbito cronológico muito mais curto. Quer a organaria, quer a música sacra em território continental, ressentiram-se com a secularização, especialmente com a abolição das ordens religiosas e consequente encerramento das estruturas conventuais, importantíssimas proprietárias de órgãos.

Em pleno período Romântico, os Açores demarcaram-se pela continuidade da tradição portuguesa de organaria do final do Antigo Regime, de perfil barroco, por meio de uma actividade assaz regular num período de quarenta anos².

A expressão barroca manifestava-se na concepção dos órgãos e também nas caixas que os emolduravam. Aspectos como a dimensão dos órgãos e a ornamentação das respectivas caixas reflectiam a oscilação da economia local – associada à produção e comercialização da laranja³ –, que se repercutia no poder de compra dos patronos das igrejas, das irmandades, das

2 Ver Isabel Albergaria Sousa, *Os órgãos históricos dos Açores (1788-1892): construtores, características e repertório*, Dissertação de Doutoramento (Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2018), pp. 51-68. Os órgãos de estética romântica nos Açores surgiram a partir da década de oitenta do século XIX, primeiro com o exemplar da Igreja de N.ª Sr.ª do Rosário, na Lagoa (ilha de S. Miguel), da empresa alemã Eberhard Friedrich Walcker & Cie, op. 481, datado de 1886; depois com os vários órgãos de Manuel Serpa da Silva (em várias ilhas) – construtor natural da ilha do Faial e emigrante nos Estados Unidos da América –, os quais resultam de uma mistura de influências, como francesa, portuguesa e americana; e ainda o órgão da Igreja de N.ª Sr.ª da Graça, Praia do Almocharife (ilha do Faial), de estilo francês, sem identificação de construtor nem data (presumivelmente do início do século XX). Consultar D. Machado e G. Doderer, *Inventário dos Órgãos dos Açores* (Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura, 2012), p. 99.

3 O espaço de tempo entre 1788 e 1892 corresponde, sensivelmente, ao período que Sacuntala de Miranda designou por “Ciclo da Laranja”, quando a cultura da laranja no arquipélago cresceu largamente com amplos benefícios económicos para uma franja da sociedade insular. Cf. Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel (1780-1880)*, 2.ª edição (Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995).

misericórdias e das confrarias, estruturas normalmente dominadas pelas elites locais. Os órgãos mais imponentes, conceptualmente mais ricos e economicamente mais onerosos foram adquiridos na época próspera daquela cultura, sensivelmente de 1780 até aos anos cinquenta do século XIX. A partir da década de sessenta, com a diminuição daquela produção citrina e dos lucros do seu comércio, as igrejas passaram a adquirir instrumentos menos dispendiosos e visualmente muito mais sóbrios⁴.



1 – Joaquim António Peres Fontanes, 1797. Igreja Paroquial de S. José, Ponta Delgada – S. Miguel. Fotografia de Pedro Gomes.

⁴ Cf. Isabel Albergaria Sousa, *op. cit.*, p. 7.

Dos órgãos esteticamente mais ricos refira-se, por exemplo, o órgão da Igreja Paroquial de S. José (também o maior e mais importante dos Açores em termos de concepção) – construído em Lisboa no ano de 1797 por Joaquim António Peres Fontanes, e encomendado pelos frades do então Convento de S. Francisco –, enquadrando-se perfeitamente na dimensão artística de enorme qualidade daquela igreja (Fig. 1).



2 – Joaquim António Peres Fontanes, 1794. Igreja do Carmo, Ponta Delgada – S. Miguel. Fotografia de Isabel Albergaria Sousa.

3 – António Xavier Machado e Cerveira, 1788, n.º 22. Convento de S. Francisco (actual Museu de Angra do Heroísmo). Angra do Heroísmo – Terceira. Fotografia de Isabel Albergaria Sousa.

4 – António Xavier Machado e Cerveira, 1828, n.º 102. Igreja Matriz de S. Sebastião. Ponta Delgada – S. Miguel. Fotografia de Isabel Albergaria Sousa.

À semelhança dos restantes órgãos das igrejas açorianas, o da Igreja de S. José foi inicialmente colocado em tribuna própria sob o primeiro arco do lado do Evangelho, junto ao coro alto, tendo sido para aqui removido já no século XX. Outro interessante exemplar do mesmo construtor, mas de dimensão muito mais pequena, com data de 1794, encontra-se na Igreja do Carmo, antigo Convento das Concepcionistas (contíguo ao Palácio da Conceição, actual sede da Presidência do Governo Regional). O interior das portadas que protegem o teclado e a fachada de tubos exibe um conjunto harmonioso de pinturas de instrumentos musicais (Fig. 2).

Do período final do Antigo Regime merecem destaque, ainda, outros dois órgãos de referência no panorama organístico açoriano, cuja decoração das caixas evidencia o espaço de quarenta anos decorrido entre a construção de um e outro (décadas de oitenta do século XVIII e vinte do século XIX): o órgão do Convento de S. Francisco (actual Museu de Angra do Heroísmo), na ilha Terceira, construído por António Xavier Machado e Cerveira em 1788, n.º 22 (Fig. 3), e o órgão da Igreja Matriz de S. Sebastião, em Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, do mesmo construtor, datado de 1828, n.º 102 (Fig. 4).





5 – Pormenor da caixa. António Xavier Machado e Cerveira, 1828, n.º 102.
Igreja Matriz de S. Sebastião. Ponta Delgada – S. Miguel. Fotografia de M. Fernanda Sequeira.

A Igreja Matriz de S. Sebastião conserva no seu arquivo a escritura do contrato para a construção do seu órgão, celebrada em 2 de Maio de 1826 entre a Confraria do Santíssimo Sacramento da referida Igreja Matriz (adquirente do órgão) e o construtor António Xavier Machado e Cerveira, na qual se estabelece “Que a pintura do Órgão no caso de que a Irmandade o queira Pintado, será por conta da mesma Irmandade”⁵. De facto, há uma discrepância entre a data pintada sobre a consola do órgão – 1830 – e a data da placa identificativa do construtor, incorporada na consola – 1828, o que sustenta a hipótese de a pintura da caixa, por sinal muito rica, ter sido realizada por um artífice local (Fig. 5).

⁵ Arquivo da Igreja Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada, *Títulos diversos Confraria do Sant. Sacramento*, n.º 1 a 58.

Órgãos de concepção portuguesa na segunda metade do século XIX

A construção de órgãos nos Açores após a implantação do regime liberal, por diferentes construtores com ofícios variados, desenvolveu-se a partir do modelo de concepção dos órgãos de que o arquipélago já dispunha, da autoria de Peres Fontanes e de Machado e Cerveira⁶, embora num contexto político e económico claramente diferente, em que o acesso ao metal para a construção dos tubos, por exemplo, era difícil ou oneroso. Além disso, os conventos masculinos já tinham sido encerrados e nacionalizados e o poder económico dos mecenas dos conventos femininos e outras instituições religiosas, como confrarias e irmandades, era francamente inferior ao do final do Antigo Regime. Como consequência, os materiais de construção e a decoração das caixas passaram a ser de outra qualidade – menos ricos e diversificados –, e o recurso a materiais de órgãos já desmantelados passou a ser frequente. O órgão da Igreja Matriz de N.^a Sr.^a da Estrela, na Ribeira Grande (ilha de S. Miguel), construído por Sebastião Gomes de Lemos em 1855, é um bom exemplo dessa prática. A caixa e alguns tubos foram reaproveitados de um instrumento anterior, provavelmente propriedade da mesma igreja (Fig. 6)⁷.

6 Consultar Isabel Albergaria Sousa, *op. cit.*

7 No livro de inventários da paróquia de Nossa Senhora da Estrela da Ribeira Grande consta a venda de um órgão antigo, registada em 1856. Cf. Arquivo Municipal da Ribeira Grande, *Livro dos Inventários da Paróquia de Nossa Senhora da Estrela na Ribeira Grande (1839-1866)*, fl. 91.



6 – Sebastião Gomes de Lemos, 1855.
Igreja Matriz de N.^a Sr.^a da Estrela.
Ribeira Grande – S. Miguel.
Fotografia de Dinarte Machado.

O principal elemento comum entre os órgãos dos organeiros continentais e os construídos nos Açores é o sistema de anulação de *Cheios* – um recurso técnico configurado num pedal, accionado pelo executante, que permite a alternância praticamente instantânea entre dois níveis sonoros distintos, como *forte* e *piano*⁸. A presença desse sistema, assim como de outras características técnicas e fónicas, proporciona a autonomização de uma organaria portuguesa tardo-setecentista, até então integrada no contexto da organaria ibérica. Na terminologia organística portuguesa, o *forte* corresponde à designação de *Cheio* e o *piano* à de *Flautado* (Fig. 7).



7 – Pedal “anulador de cheios”.
Fotografia de Isabel Albergaria Sousa.



8 – João Nicolau Ferreira, 1858, n.º 2.
Igreja de S. Pedro. Ponta Delgada
– S. Miguel. Fotografia de Isabel
Albergaria Sousa.

8 Sobre as características dos órgãos portugueses de finais de Setecentos consultar João Vaz, *A obra para órgão de Fr. José Marques e Silva (1782-1837) e o fim da tradição organística em Portugal no Antigo Regime*, Dissertação de Doutoramento, vol. I (Universidade de Évora, 2010) e “Dynamics and Orchestral Effects in Late Eighteenth-century Portuguese Organ Music: The Works of José Marques e Silva (1782-1837) and the Organs of António Xavier Machado e Cerveira (1756-1828)” in *Interpreting Historical Keyboard Music*, John Kitchen e Andrew Woolley (eds.), (Ashgate, 2013).

A intensa actividade em torno da construção de órgãos nos Açores na segunda metade de Oitocentos deveu-se, inquestionavelmente, à presença do padre Joaquim Silvestre Serrão, que chegou em 1841 a Ponta Delgada, onde viveu até à sua morte, em 1877. A boa relação que tinha com o bispo de Angra, D. Frei Estevam de Jesus Maria, e também com Bernardo Machado de Faria e Maia, Prior da Igreja Matriz de Ponta Delgada, igreja onde assumiu as funções de organista, permitiram-lhe a integração nos circuitos sociais, culturais e eclesiásticos, gozando de grande simpatia e apreço por parte da sociedade açoriana. Além de organista, pedagogo e compositor, Silvestre Serrão teve uma acção preponderante na área da manutenção e construção de órgãos, servindo de referência aos construtores regionais. Apesar de o seu nome não constar nos órgãos (prática comum na identificação do instrumento), há um conjunto de referências na imprensa periódica da época que atestam a sua autoria, por exemplo, do órgão da Sé de Angra (inaugurado em 1854), entretanto destruído por um incêndio em 1983, e do órgão da Igreja de S. Pedro em Ponta Delgada, de 1858 (Fig. 8). Silvestre Serrão terá omitido a sua autoria pela condição sacerdotal ou até pelas circunstâncias políticas pouco claras que poderão ter estado na origem da sua deslocação para a ilha de S. Miguel⁹.

Por intermédio do seu protector nesta ilha, o 1.º Visconde da Praia (Duarte Borges de Medeiros Dias da Câmara), Serrão conheceu um carpinteiro que viria a auxiliá-lo na construção dos órgãos, tornando-se depois construtor independente: João Nicolau Ferreira (1820-1878). O nome deste construtor consta em seis órgãos (nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria), com diferentes dimensões: São Pedro (Ponta Delgada, ilha de S. Miguel), n.º 2, 1858; Santa Luzia (Feteiras, ilha de S. Miguel), n.º 3, 1860; Convento de N.ª Sr.ª da Guadalupe, vulgo S. Francisco (Ribeira Grande, ilha de S. Miguel), n.º 4, 1863; N.ª Sr.ª das Vitórias (Vila do Porto, ilha de Santa Maria), n.º 7, 1867; Santo António (Capelas, ilha de S. Miguel), n.º 8, 1875; N.ª Sr.ª da Ajuda (Bretanha, ilha de S. Miguel), n.º 9, 1877. Interessa sinalizar os órgãos da Igreja de Santa Luzia, nas Feteiras, e do Convento de S. Francisco, na Ribeira Grande, cuja tubaria foi integralmente feita em madeira, processo pouco comum que reflecte uma estratégia para contornar a quase inacessibilidade aos tubos de metal, aproveitando a habilidade de João Nicolau Ferreira em carpintaria.

9 Consultar Isabel Albergaria Sousa, *op. cit.*, pp. 191-193.

A numeração dos instrumentos sobreviventes (da sua autoria) pressupõe a construção de outros dois órgãos actualmente desconhecidos (Tabela 1). Tendo em conta a concepção dos instrumentos e o facto de Silvestre Serrão ter sofrido de doença prolongada a partir de 1866, a parceria entre João Nicolau Ferreira e Silvestre Serrão recai sobretudo nos dois primeiros instrumentos, construídos na década de cinquenta (Sé de Angra e S. Pedro de Ponta Delgada)¹⁰.

Número	Igreja	Data
[1]	Sé (Angra do Heroísmo – Terceira)	1854
2	São Pedro (Ponta Delgada – S. Miguel)	1858
3	Santa Luzia (Feteiras – S. Miguel)	1860
4	Convento S. Francisco (Ribeira Grande – S. Miguel)	1863
5	?	
6	?	
7	N. ^a Sr. ^a das Vitórias (Vila do Porto – S. Maria)	1867
8	Santo António (Capelas – S. Miguel)	1875
9	N. ^a Sr. ^a da Ajuda (Bretanha – S. Miguel)	1877

Tabela 1 – Órgãos de Silvestre Serrão/João Nicolau Ferreira

Paralelamente a esta actividade – concentrada no grupo oriental do arquipélago – assistiu-se ao desenvolvimento da mesma actividade no grupo central, sobretudo nas chamadas ilhas do Triângulo (Faial, Pico e S. Jorge), por outros protagonistas, provavelmente com ligações a Silvestre Serrão e a João Nicolau Ferreira.

Tomé Gregório de Lacerda (1832-1876) nasceu na Calheta, na ilha de S. Jorge. Proprietário, era tio do pianista, compositor e maestro açoriano Francisco de Lacerda. Segundo as informações disponíveis, construiu quatro órgãos entre 1854 e 1874 para as ilhas de S. Jorge e Pico¹¹: o primeiro para a Igreja da Ribeira Seca (S. Jorge), em 1854/55, o segundo para a Igreja da Calheta do Nesquim (Pico) em

¹⁰ *Idem*, pp. 61 e 62.

¹¹ Cf. Manuel Azevedo da Cunha, *Notas Históricas – Calheta de S. Jorge, Açores* (Universidade dos Açores, 1981), pp. 272 e 273.

1859, o terceiro para a Igreja Matriz das Velas (S. Jorge), em 1865, e o último, em 1874, para a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, nas Lajes do Pico (ou para a Igreja da Ponta dos Rosais, em S. Jorge¹²). Destes, sobrevive apenas o órgão da Igreja Matriz das Velas, por sinal alvo de profundas alterações ao longo dos tempos. Segundo Manuel d'Azevedo da Cunha (1861-1937), nas suas *Notas Históricas – Calbeta de S. Jorge (Açores)*, Gregório de Lacerda terá contactado directamente com Silvestre Serrão em S. Miguel, antes de 1859¹³.

Após a morte de Silvestre Serrão, em 1877, e de João Nicolau Ferreira, no ano imediatamente seguinte, viveu-se o período menos fértil na construção de órgãos nos Açores, segundo a tradição de Peres Fontanes e Machado e Cerveira, o que só se reverteu, embora de forma gradual e muito menos intensa, a partir de 1884, com a construção de um órgão para a Igreja de S. João Baptista (Fig. 9), na freguesia de S. João (ilha do Pico), único instrumento que se conhece de Nicolau António Ferreira¹⁴.

Esse instrumento, que de resto se conserva em óptimas condições, apresenta uma pintura completamente diferente das demais caixas, predominando os tons de branco e azul, com apontamentos dourados, numa conjugação que poderá ser original ou resultado de uma intervenção efectuada no século XX, na sequência de uma moda de restauro que proliferou nas igrejas açorianas e que se caracterizava pela sobrecarga de cor.



9 – Nicolau António Ferreira, 1884.
Igreja de S. João – Pico.
Fotografia de Isabel Albergaria Sousa.

12 Segundo D. Machado e G. Doderer, *Inventário dos Órgãos dos Açores*, (Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura, 2012). p. 99.

13 Cf. Isabel Albergaria Sousa, *op. cit.*, pp. 62 e 63.

14 Ainda está por esclarecer o grau de parentesco com João Nicolau Ferreira. Consultar Isabel Albergaria Sousa, *op. cit.*, p. 64.

A simbólica produção de Nicolau António Ferreira poderá ser justificada de três formas: não ter querido adoptar a organaria como ofício, ter embarcado nas rotas emigratórias da época, nomeadamente para a América, ou ter falecido precocemente.

Na ilha de S. Miguel surge o nome de Francisco Botelho de Medeiros como o construtor do órgão da Igreja de S. Miguel (freguesia dos Mosteiros, concelho de Ponta Delgada), o único que se conhece da sua autoria, construído em 1890 e actualmente desmontado, com os seus componentes guardados numa casa contígua à igreja. Independentemente da dimensão da sua produção, assinala-se mais esse construtor que, à semelhança dos demais, concebe os seus instrumentos segundo o modelo da organaria portuguesa tardo-setecentista – aproximadamente cem anos depois da montagem dos órgãos de Peres Fontanes e Machado e Cerveira nas ilhas – adaptando-se, contudo, aos recursos financeiros e materiais existentes à época. A manufactura de alguns dos tubos de madeira desse órgão demonstra a habilidade do seu construtor, ou de alguém que o tenha auxiliado, talvez o pai do construtor, oficial de carpintaria, tal como João Nicolau Ferreira.

Manuel de Sousa, também natural de S. Miguel, ao qual se atribui a autoria dos órgãos das igrejas de S. Pedro, em Vila Franca do Campo (1891), e Matriz de Santa Cruz da Lagoa (1892)¹⁵ – ambas na ilha de S. Miguel, é mais um nome da lista de construtores açorianos na segunda metade do século XIX (Fig. 10).

O facto de ter produzido apenas dois órgãos, já numa idade avançada, leva a crer que teria contactado anteriormente com o ofício, complementarmente à sua função de marceneiro, provavelmente como ajudante de João Nicolau Ferreira. Os dois órgãos são particularmente interessantes sob o ponto de vista da sua concepção: a organização do someiro (caixa onde assentam os tubos no interior do órgão) do órgão da Igreja de Santa Cruz, que se assemelha à estrutura do someiro do órgão da Igreja de S. José, em Ponta Delgada, de Peres Fontanes – praticamente um século antes; a reutilização de tubos de metal em alguns registos do órgão da Igreja de S. Pedro de Vila Franca do Campo, resgatando sonoridades associadas aos órgãos barrocos portugueses, como por exemplo os meios registos da mão direita *Voz humana* e *Corneta*, ambos com função solística, já descartada desde a década de cinquenta do

15 Consultar Isabel Albergaria Sousa, *op. cit.*, pp. 66-68.

século XIX. Além disso, o respectivo sistema de ar ostenta a mesma marca do órgão romântico alemão da Igreja do Rosário, na Lagoa, construído cinco anos antes (Fig. 11). Este órgão, sendo o único de proveniência alemã nos Açores, pode considerar-se como a primeira e a mais importante expressão da estética romântica nos Açores.



10 – Manuel de Sousa, 1891. Igreja de S. Pedro
Vila Franca do Campo – S. Miguel.
Fotografia de Isabel Albergaria Sousa.



11 – Eberhard Friedrich Walcker & Cie, op. 81, 1886.
Igreja de N.ª Senhora do Rosário – Lagoa.
(Fotografia de M. Fernanda Sequeira).

Os protagonistas da actividade organeira insular na segunda metade de Oitocentos constituem uma espécie de árvore genealógica, encabeçada por Silvestre Serrão e plasmada no paradigma da organaria portuguesa tardo-setecentista de Peres Fontanes e Machado e Cerveira. A dinâmica dessa actividade, bem como os materiais e a forma como os instrumentos são concebidos, o plano fónico e ainda o repertório neles executado, reflectem uma

cultura musical que testemunha a dimensão histórica e estética da época. Prova disso é o repertório executado e a manufactura dos tubos de madeira, conseguida pelas mãos de artífices que assumem um importante papel na construção dos órgãos.

Do repertório sacro de Silvestre Serrão

Tal como os Açores adquiriram órgãos no continente no final do Antigo Regime, o repertório aí produzido foi igualmente absorvido. Assim, perante o encerramento da principal “fábrica” de repertório sacro do país – o Seminário da Patriarcal –, em 1834, as igrejas açorianas continuaram a interpretar repertório sacro do final do Antigo Regime, a par de novo repertório. Como os órgãos mantiveram a mesma matriz de construção, também o novo repertório se consubstanciou no mesmo estilo de outrora. Aqui reside outra especificidade dos Açores no contexto do património musical português.

No campo da composição musical sacra nos Açores no século XIX destaca-se Joaquim Silvestre Serrão (Setúbal, 1801-Ponta Delgada, 1877) como o compositor indubitavelmente mais prolífico¹⁶. Um dos aspectos interessantes da sua obra é o facto de ter sido projectada para dois órgãos em particular, o da Igreja Matriz de S. Sebastião (onde foi organista titular) e o da Igreja de S. José (onde tocava regularmente), em Ponta Delgada, tendo sido este último intervenção por ele próprio, com o propósito de o adaptar à execução das suas peças. As “Matinas de Sexta-Feira Santa”¹⁷, assim como as restantes matinas do Tríduo Pascal, resultaram de uma encomenda da Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada (Fig. 12)¹⁸.

Compostas em 1848, passaram a integrar o repertório obrigatório da Semana Santa em muitas igrejas nos Açores¹⁹. É uma obra extensa para coro misto, solistas e órgão, estilisticamente influenciada pela música operática italiana e com longas intervenções do órgão, numa escrita tecnicamente complexa que

¹⁶ Sobre a biografia e a produção musical de Silvestre Serrão, consultar Isabel Albergaria Sousa, *op. cit.*, pp. 183-210.

¹⁷ O alógrafa conserva-se no arquivo da Igreja Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada.

¹⁸ Ver Isabel Albergaria Sousa, *op. cit.*, p. 200.

¹⁹ *Idem*, p. 201.

Responsorios
Das
Matinas
De
Sexta Feira Sancta
Feitas por incumbencia da Confraria
Do Santissimo Sacramento
Da Matriz desta Cidade
Por
Joaquim Silvestre Serrão

Escrita em Ponta Delgada
No Anno de 1849.

explora todos os recursos daqueles dois órgãos. Além dos ofícios da Semana Santa, Silvestre Serrão compôs responsórios para outras festividades – mantendo a moda das Matinas que inundou as igrejas de todo o país na primeira metade do século XIX –, e ainda uma missa, motetes, sequências, antífonas e outras peças, no estilo italiano tão característico da música sacra portuguesa do final do Antigo Regime. Tal como a actividade organeira insular se destaca do panorama nacional, os Açores distinguem-se, ainda, por manterem a composição de música sacra em estilo italiano (*stile concertato*) na segunda metade do século XIX, com um forte cunho barroco, o que no continente ficou praticamente aniquilado com as políticas liberais.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que, à semelhança de outras áreas artísticas, também na dimensão organística os Açores assimilaram e reproduziram um modelo artístico, adaptando-o ao contexto. A insularidade, que acabou por proteger os órgãos de intervenções descontextualizadas – mantendo a sua integridade –, assim como a consciência patrimonial, despoletada de forma acentuada com o sismo de 1980, em Angra do Heroísmo, foram factores determinantes para que os Açores ocupem, hoje, um lugar ímpar no património organístico português.

Impõe-se a preservação deste património cultural como uma das manifestações da identidade açoriana – “Açorianidade” na expressão de Nemésio²⁰. A sua valorização e divulgação, no cumprimento da ética patrimonial, passa pela boa e regular utilização dos órgãos.

²⁰ Vitorino Nemésio, “Açorianidade”, *Revista Insula*, n.º 8 (Ponta Delgada, 1932).



1 – Manuel de la Cuadra. Retrato de senhora. Assinado e datado: M. de la CUADRA, Sevilha, 1865
Óleo sobre tela, 34,5 × 28 cm. Coleção particular ©Cortesia Ansorena